

Sr. Subsecretário-Adjunto,

Trata o presente processo dos procedimentos necessários visando à contratação de empresa para fornecimento de etiquetas de identificação patrimonial, com vistas aos procedimentos de tombamento e inventários de bens permanentes, no âmbito do TCE-RJ, de acordo com a necessidade identificada pela Coordenadoria Setorial de Gestão Patrimonial – CPT, 2024, unidade requisitante da contratação, documentada na SIE nº CPT0055/, tendo como base a **Lei nº 14.133/21**.

Inicialmente cabe traçar um breve histórico. Conforme relatado na solicitação supracitada, os documentos de planejamento, notadamente ETP e Mapa de Riscos, foram extraídos do processo TCE-RJ nº 300.643-1/24, que cuidou dos procedimentos necessários visando à contratação direta para aquisição de ferramentas de inventário e etiquetas patrimoniais.

Naquele administrativo, após regular trâmite processual, a unidade demandante, em declaração de peça nº 54, requereu a revogação da dispensa com argumentos técnicos descritos a seguir:

“Cabe relatar que a Coordenadoria Setorial de Gestão Patrimonial – CPT elaborará os artefatos necessários com vistas à contratação de novo Sistema de Gestão Patrimonial – SGP.

Como unidade requisitante do objeto tratado neste administrativo, entendemos mais apropriado incluí-lo no rol de itens que farão parte da contratação do novo sistema.

Desta forma, sugerimos, smj, a revogação da Dispensa Eletrônica supramencionada.”

Ao demandar a retomada dos procedimentos de contratação para o objeto em tela, a CPT, na peça nº 2, pronunciou-se como segue:

‘A CPT, na condição de requisitante, opta por solicitar parte da contratação originalmente requisitada porque:

a) Ainda resta a necessidade de identificação patrimonial que observa tombamento e inventário como procedimentos previstos no Manual de Gestão de Bens: Definições e Procedimentos – MGB do TCE-RJ;

b) A não renovação do Contrato nº 17/2022 coíbe a contratação da outra parte da requisição original, sendo mais inteligente, econômico e prático, no momento, apenas a aquisição de etiquetas de identificação patrimonial;

c) A quantidade requisitada de etiquetas é suficiente para o lastro de 8 (oito) anos sem contratações similares.”

Dessarte, tendo em vista a repetição dos procedimentos para a aquisição almejada, não há óbices para a utilização dos documentos que trataram do planejamento da aquisição do objeto em questão.

Feitas as considerações preliminares, dando prosseguimento à marcha processual, informamos que em 01.07.24, o **Núcleo de Pesquisa de Preços – NPP/CLC**, após análise realizada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC, às peças nºs. 6 e 9, dos artefatos que subsidiam a contratação direta em comento, informa que a referida contratação será realizada através de **dispensa de licitação**, com base no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO**, conforme minuta do **Aviso de Dispensa Eletrônica e anexos** (peças nºs. 23 a 27), seguindo o rito apresentado na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 (peça nº 28)**, na forma prevista no art. 187 da NLLC.

A **pesquisa de preços** foi realizada nos termos do § 1º e inc. III do art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021¹, da Súmula TCE-RJ nº 02/2018 e, também,

¹ Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

foi utilizado os preços informados pelos fornecedores na etapa de lances da Dispensa Eletrônica nº 08/2024 (REVOGADA), que teve por objeto a aquisição de ferramentas de inventário, com vistas aos procedimentos de inventários de bens permanentes, cujo segundo item era para aquisição dessas mesmas etiquetas patrimoniais (peça nº 14), sendo os documentos anexados ao processo constituindo as peças nºs 10 a 22, aplicando, para tanto, como parâmetros, os valores obtidos a partir de critérios estatísticos distintos, além das planilhas que demonstram o processo de formação, dos saneamentos e da estimativa orçamentária (peças nºs 15 a 22), foram anexados aos autos o **Mapa de Cotação** (peça nº 15) e a **Planilha Orçamentária** (peça nº 22), alcançando o preço global estimado de **R\$ 18.600,00** (dezoito mil e seiscentos reais).

O NPP informa, também, “*no que concerne às condições de participação no certame, será adotada a **preferência para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, na forma do inciso IV do art. 49 da Lei Complementar nº 126/06**, destacando que a unidade demandante optou pela possibilidade de participação de consórcios e de cooperativas de trabalho, em cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133/21 c/c o art. 10 da Lei 12.960/12.*

Com efeito, o processo foi encaminhado à Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG) que realizou o bloqueio orçamentário autorizado em 01.07.24 (peça nº 30), no valor de **R\$ 18.600,00** (dezoito mil e seiscentos reais), através da Nota de Reserva nº 2024NR00089 (peça nº 32) e da Nota Patrimonial nº 2024NP00541 (peça nº 31).

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos. 10/02/20

Ato contínuo, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/21,² a CLC efetivou a publicação do **Aviso de Dispensa Eletrônica nº 14/2024**, no sistema Compras.gov, no PNCP e no portal do TCE-RJ, realizando, regularmente, a **etapa de lances e as fases de julgamento das propostas de preços e de habilitação**, conforme comprovam documentos juntados às peças nºs. 34 a 41.

Cumprе destacar que 15 (quinze) empresas participaram da disputa, cuja fase de lances ocorreu no dia 10.07.24, listadas em ordem de classificação na tabela a seguir:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL (6.000 UNID.) R\$	SITUAÇÃO
27.745.509/0001-10	SILVEIRA & DALMAS LTDA.	0,09	5.400,00	HABILITADA
05.194.417/0001-56	BRAGGIO ETIQUETAS ADESIVAS E RÓTULOS LTDA.	0,10	6.000,00	NÃO CONVOCADA
41.542.271/0001-56	CLEAN SERVICE LAGOS LTDA	0,19	11.400,00	NÃO CONVOCADA
50.996.832/0001-88	LITIMAX SERVICO E COMERCIO LTDA.	0,21	12.600,00	NÃO CONVOCADA
18.255.023/0001-02	MLUZ SERVICOS LTDA	0,25	15.000,00	NÃO CONVOCADA

² Em suas anotações sobre esses detalhes da dispensa, Nyura Disconzi da SILVA acrescenta que: "(...) o §3º do art. 75 da Lei 14.133/2021 estabelece que as contratações diretas pelo valor devem, preferencialmente, ter aviso divulgado em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 3 dias úteis, de forma a convocar os particulares que atuam no ramo do objeto a apresentar propostas, o que se entende salutar, dado que com isso se confere publicidade aos atos e evita-se abusos ou desvios. Acresce, ademais, que deve ser selecionada a proposta mais vantajosa, o que se constitui, aliás, em obrigação do administrador." (SILVA, Nyura Disconzi da. "A dispensa pelo valor na Lei 14.133/2021". Portal JML, 2022. Acesso em: 03.06.23. Disponível em: https://portal.jmlgrupo.com.br/pagina.php?area=coluna-juridica&acao=download&dp_id=240.)

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL (6.000 UNID.) R\$	SITUAÇÃO
39.739.307/0001-44	L & L SOLUCOES E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA.	0,28	16.800,00	NÃO CONVOCADA
54.490.583/0001-05	WE DO COMUNICACAO VISUAL LTDA.	0,30	18.000,00	NÃO CONVOCADA
38.261.300/0001-05	P H P DE FREITAS RODRIGUES	0,30	18.000,00	NÃO CONVOCADA
39.307.323/0001-68	SMARTX IMPORTACAO E COMERCIO LTDA	0,31	18.600,00	NÃO CONVOCADA
49.219.570/0001-66	49.219.570 EDNALVA PEDRO GONÇALVES DE ALMEIDA	0,80	48.000,00	NÃO CONVOCADA
39.412.830/0001-61	SOUZA TEC COMERCIO E SERVIÇO LTDA	1,00	60.000,00	NÃO CONVOCADA
36.415.376/0001-04	REMOBILIZZE - COMERCIO ELETRÔNICO E SERVIÇOS LTDA.	1,00	60.000,00	NÃO CONVOCADA
20.772.716/0001-14	INLABEL SOLUCOES EM ROTULOS ADESIVOS LTDA.	1,00	60.000,00	NÃO CONVOCADA
50.974.333/0001-90	NICOLE SELBACH MILAO	1,00	60.000,00	NÃO CONVOCADA
07.843.902/0001-39	METROPOLE SOLUCOES GOVERNAMENTAIS LTDA.	5,50	330.000,00	NÃO CONVOCADA

Por conseguinte, a empresa **SILVEIRA & DALMAS LTDA.**, CNPJ nº 27.745.509/0001-10, foi selecionada com o valor a ser pactuado de **R\$5.400,00** (cinco mil e quatrocentos reais), conforme proposta readequada de peça nº 41.

A **instância técnica (CPT)** se **manifestou de forma positiva**, quanto à aceitação da proposta apresentada, porém solicitou a realização de diligências, conforme descrito a seguir (fl. 5 da peça nº 42):

“A empresa SILVEIRA & DALMAS LTDA., CNPJ: 27.745.509/0001-10, apresentou proposta condizente com o TR, Anexo II do ADL 14/2024, para aquisição de etiquetas patrimoniais. Quanto ao material, a empresa segue texto do TR e chama de poliéster metalizado, na proposta, portanto, condizente.

A empresa também apresentou catálogo da marca ICEM, onde evidencia trabalhos com impressão em cores e modelo autoadesivo, além de declarar espessura maior que a mínima, todos critérios do citado TR.

Contudo, no citado catálogo, as etiquetas em poliéster mais afetas a requisição original são as seguintes:

1. Etiquetas em poliéster:

1. Tipo 1: poliéster prata

2. Tipo 2: poliéster prata escovada

Tipo 3: poliéster cromo fosco

4. Acabamento: verniz, verniz localizado, resina

2. Etiquetas patrimoniais:

1. Poliéster cromo fosco, sem acabamento

Parece, a esta CPT, no exercício do bom senso, que o item 2 acima não oferecerá o acabamento metalizado requerido, posto que sem acabamento informado no catálogo. Contudo, ainda assim, esta CPT precisa entender, dentro das opções do item 1, qual o tipo de poliéster e qual acabamento equivalerá a “poliéster metalizado”, conforme pedido. Com isso, pedimos que essa equipe de licitações e contratos busque tais informações junto a licitante.

*Ou seja, basta que a empresa informe que “poliéster metalizado” equivale a, **por exemplo**, “poliéster prata com acabamento em resina”.*

Em atendimento, a CLC, às fls. 4 da mesma peça eletrônica, informando à CPT sobre os esclarecimentos feitos pela empresa SILVEIRA & DALMAS LTDA., com o seguinte teor:

“Prezado Bruno, boa tarde!

*Realizamos uma diligência no chat do ComprasGov junto à empresa **SILVEIRA & DALMAS LTDA.** que respondeu o seguinte:*

“A descrição do termo de referência é genérica, limitando-se à informação de “poliéster metalizado”. O Modelo de Poliéster solicitado pelo órgão é o Poliéster Metalizado Cromo Fosco, um material indicado para identificação patrimonial e que acreditamos ser o mais adequado para atender o TCE/RJ.

Este material é autoadesivo e possui o efeito metalizado CROMO FOSCO, caracterizado por um acabamento fosqueado que não interfere na leitura por leitores infravermelhos. Além disso, destaca-se o liner siliconizado transparente, o que facilita significativamente o manuseio do adesivo.

Para agilizar o processo, sugerimos o envio de um vídeo explicativo sobre o material.

Segue anexo o vídeo enviado pela empresa SILVEIRA & DALMAS LTDA. por e-mail.”

Ante os esclarecimentos apresentados, a CPT aprovou a proposta da citada empresa (fls. 4 e 5 – peça nº 42)³.

³ FI 4. (CPT)

“Esta fiscalização se dá por satisfeita com a resposta.”

(...)

FL. 5 (CLC)

Para que não restem dúvidas, pergunto: podemos aceitar a proposta apresentada pela empresa **SILVEIRA & DALMAS LTDA**, e concluir a Dispensa Eletrônica nº 14/2024?

FL. (CPT)

Para que não haja dúvidas, esta fiscalização em nada obsta a contratação da empresa **SILVEIRA & DALMAS LTDA**.

Em nota de rodapé, a CLC registra que *“a mídia não pode ser anexada aos autos, mas foi arquivada”* naquela Coordenadoria.

Quanto à **documentação exigida para habilitação**, prevista no item 6 do aviso de dispensa, **encontra-se regular no que tange às certidões junto à Receita Federal e PGFN, FGTS e TRABALHISTA**, conforme comprovantes de peça nº 40, porém, na Consulta ao Sistema Integrado de Registro do CEI/CNEP – TCU (fls. 47 e 48 da peça nº 40), consta a anotação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pelo período de 2 (anos) anos com início em 01.04.24 e término em 04.04.26, aplicada pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia d'Oeste – RO, com fundamento no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

A Lei nº 8.666/93 prevê em seu artigo 87 as sanções administrativas que deverão ser aplicadas aos licitantes e contratados da Administração Pública, quando descumpridos os preceitos dessa norma.

As sanções administrativas em licitações e contratos são consequências de um ato ou um conjunto de atos, praticados por licitantes e contratados da Administração Pública que causem prejuízo à Administração ou violem normas de observância obrigatória.

A finalidade dessas sanções é reprovar a conduta praticada pelo sancionado, desestimular a sua reincidência, bem como prevenir sua prática futura pelos demais licitantes e contratados. Trata-se, portanto, de um poder-dever da Administração que deve atuar visando impedir ou minimizar os danos causados pelos licitantes e contratados que descumprem suas obrigações.

As sanções administrativas fixadas na norma (art. 87, Lei n.º 8.666/1993), aplicadas aos licitantes e contratados, são as seguintes:

- a) advertência (inciso I);
- b) multa (inciso II);
- c) **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos (inciso III);**

- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública (inciso IV);

No caso em comento, a sanção de suspensão temporária de participar em licitações suspende o direito dos fornecedores de participarem dos procedimentos licitatórios, pelo prazo de 02 (dois) anos, restritos ao ente federativo em cujo âmbito se encontrem o órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção, conforme disposto na Súmula nº 6/2019 – TCE-RJ, conforme disposto na Súmula nº 6/2019 – TCE-RJ⁴.

O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 1017/2013 – Plenário e do Acórdão 1003/2015 – Plenário, posiciona-se no mesmo sentido, a saber:

Acórdão: 1017/2013 – Plenário

Enunciado: A sanção prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 (suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração) **tem aplicação restrita ao órgão ou entidade que a cominou.**

Acórdão: 1003/2015 – Plenário

Enunciado:

A sanção de impedimento para licitar e contratar prevista art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 **produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador, enquanto que aquela prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produz efeitos apenas no âmbito interno do ente federativo que a aplicar.** (grifamos)

⁴ SÚMULA Nº 6/2019 – TCE-RJ.

A amplitude da penalidade de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração se restringe ao ente federativo em cujo âmbito se situe o órgão ou entidade que tenha aplicado a sanção, ao passo que a amplitude da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública possui efeitos em todo o território nacional, independentemente do órgão ou entidade que tenha aplicado a punição. (grifamos)

Por conseguinte, a **sanção de suspensão temporária e participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração** posta pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia d'Oeste – RO à empresa **SILVEIRA & DALMAS LTDA.** não produz efeitos sobre eventuais contratações a serem celebradas por este Tribunal com a citada empresa, uma vez que o TCE-RJ se encontra em ente federativo diverso daquele órgão sancionador.

Dito isto, ressalte-se que a **d. Procuradoria-Geral deste Tribunal (PGT)** não efetuou a **análise jurídica do feito**, em virtude do disposto no **art. 1º, inc. I, da Portaria PGT nº 001/2024**:

“Art. 1º - Ficam dispensadas de análise jurídica específica pela Procuradoria Geral do Tribunal (PGT), na forma §5º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes hipóteses de contratações diretas:”

I – dispensas em razão do baixo valor, nos termos e limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, realizadas por meio de dispensa eletrônica, com publicação no PNCP e no sítio oficial do TCE-RJ, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, aplicável nos termos do art. 187 da Lei nº 14.133/2021, desde que utilizados os modelos de artefatos elaborados pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU e já aprovados por esta Procuradoria-Geral nos autos do Processo TCE-RJ nº 300.756-1/2022, em consonância com o art. 187 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser dispensado o ETP, de acordo com a complexidade do caso, de forma justificada, nos termos da faculdade contida no inciso I do art. 72 da referida Lei.

Assim sendo, cumpridas as formalidades legais, o procedimento foi **adjudicado e homologado**, em 19.07.24, no sistema Compras.gov, conforme **Relatório da Dispensa Eletrônica nº 90014/2024**, anexado nos autos nesta data.

Por fim, informo que os autos deste processo foram enviados para exame dos procedimentos de contratação direta por dispensa eletrônica em 17.07.24, com prazo final análise para o dia 19.07.24, tendo sido utilizados os 02 (dois) dias úteis disponíveis para verificação conforme tabela I apresentada no Ato Normativo nº 249 de 2023.

Em face do exposto, comprovada a necessidade da despesa e cumpridas as formalidades legais e tendo sido adjudicado e homologado o procedimento de contratação direta do objeto no sistema Compras.gov (arquivo digital - RELATÓRIO HOMOLOGAÇÃO DISPENSA – dia 19.07.24), encaminho o presente para análise e deliberação, com vistas, se for o caso, à autorização da despesa por dispensa de licitação, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541/23, para que seja solicitado à CPG as medidas necessárias à emissão de empenho, em favor da empresa vencedora, nos termos da Proposta Comercial apresentada ao final da disputa (peça nº 41).

Alexandre Tenorio Rocha
Assessor
Matr.: 02/3839

À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária – CPG,

Em consonância com o estabelecido no art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal)⁵, considerando tratar-se de nova contratação, ao avaliar o enquadramento da despesa em tela quanto aos requisitos de pré-existência, continuidade e essencialidade, declaro tal despesa como: **DESPESA NÃO TIPIFICADA.**

Ante o exposto, manifestando-me de acordo com a proposta formulada pela Assessoria desta SUBLIC, em face da delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541/23, bem como do disposto no art. 72, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, **AUTORIZO** a despesa por dispensa de licitação, ex vi do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com a emissão de empenho à conta do presente exercício financeiro, do seguinte fornecedor e valor.

Fornecedor	CNPJ	Preço Total R\$
SILVEIRA & DALMAS LTDA.	27.745.509/0001-10	5.400,00

Em prosseguimento, os autos deverão seguir para a CLC para adoção das demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da emissão da nota de empenho, em observância ao disposto no Parágrafo Único do art. 72, inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal n. 14.133/2021., **recomendando que sejam atualizadas as certidões de regularidade por ocasião da contratação.**

LUIZ CARLOS DE JESUS SILVA
Subsecretário-Adjunto
Matr.: 02/4265

⁵ [Art. 42.](#) É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte se m que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. (Vide Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

[Parágrafo único.](#) Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.